

EAC  
25  
100  
Am  
ip

Ata N.º 01/2013

**Reunião do Conselho de Coordenação da Avaliação de Desempenho da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.  
(CCA)**

No dia 17 de junho de 2013, pelas 11h00, reuniu, nas instalações da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) na Rua da Murgueira – Zambujal, o Conselho de Coordenação da Avaliação de Desempenho (CCA), em cumprimento das alíneas a) a c) do n.º 1 do artigo 58.º e n.º 2 do artigo 62.º da Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro (LOE 2013).

**Ordem de Trabalhos:**

1. Aprovação do Regulamento do CCA da APA, I.P.
2. Nomeação do secretário do CCA
3. Planeamento do Processo de Avaliação de Desempenho do biénio 2013/2014
4. Fixação dos critérios de ponderação curricular e respetiva valoração para o ano de 2012 e seguintes

**Estiveram presentes:**

- Dr. Nuno Lacasta, Presidente do Conselho Diretivo da APA, I.P. e do CCA;
- Dr.ª Elisabete Costa, Chefe de Divisão de Recursos Humanos, Formação e Documentação;
- Eng.ª Filomena Boavida, Diretora do Departamento de Gestão Ambiental;
- Eng.ª Manuela Matos, Chefe de Divisão de Obras e Segurança e Chefe do Gabinete de Segurança de Barragens, em acumulação;
- Dr. André Matoso, Administrador da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo.

Antes de dar início à referida Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente fez questão de salientar que esta é primeira reunião do CCA, a que preside, que congrega a avaliação de todos os organismos que constituem a nova realidade que é a Agência Portuguesa do Ambiente.

Considerou que este processo de avaliação deverá refletir, não uma soma das experiências dos processos de avaliação efetuados nos organismos que deram origem à APA, I.P., mas o conhecimento das formas de avaliação das anteriores entidades, agora integradas na mesma.

**a) Aprovação do Regulamento do CCA da APA, I.P.**

Foi apreciada uma proposta de Regulamento, que, após a verificação pelo Presidente, da falta de oposição, foi aprovada por unanimidade (Anexo I).

**b) Nomeação do secretário do CCA**

Sob proposta do Presidente, aceite por unanimidade pelos membros do Conselho, foi nomeada a Dr.<sup>a</sup> Helena Oliveira como secretária para o biénio 2013/2014.

**c) Planeamento do Processo de Avaliação de Desempenho do biénio 2013/2014**

O CCA deliberou que o processo de avaliação relativo ao biénio 2013/2014 deverá ter em conta os documentos relativos ao respetivo ciclo de gestão, a saber:

- Plano de Atividades da APA, I.P.;
- Mapa de Pessoal da APA, I.P.;
- Mapas do Orçamento e Mapa de Pessoal proposto, da APA, I.P.;
- Orçamentos de Funcionamento e de Investimento, da APA, I.P.;
- QUAR, a aprovar nos termos do disposto no N.º 2 do Despacho N.º 16568/2011, de 11 de novembro (Publicado em DR, II.ª Série, N.º 234 de 07.12.2011).

Mais deliberou o CCA que o ciclo avaliativo 2013/2014 deve, em regra, observar o calendário apresentado no cronograma constante do Anexo II à presente ata.

- **Definição de orientações em matéria de fixação de objetivos, escolha de competências e de indicadores de medida – SIADAP 3**

Em cumprimento das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 66-B/2007 de 28/12, o CCA deliberou o seguinte:

- a) Deverão ser definidos 4 (quatro) objetivos para as carreiras/categorias de Técnico Superior/Especialista de Informática e 3 (três) objetivos para as demais carreiras/categorias dos trabalhadores a exercer funções na APA, I.P..
- b) Da formulação de objetivos deverão constar, complementarmente, a definição de:
- . Indicadores de medida;
  - . Metas e critérios de superação;
  - . Fontes de verificação (evidências).
- c) A formulação de objetivos deverá:
- . Ser efetuada com respeito pelos conteúdos dos documentos indicados no ponto 3, com especial relevância do Plano de Atividade da APA, I.P. para 2013/2014 e QUAR para 2013/2014;
  - . Estar articulada com os objetivos da unidade orgânica a que pertence cada avaliado, nos termos da alínea a), do artigo 45.º da Lei n.º 66-B/2007 de 28/12;
  - . Ser efetuada *"(...) de forma clara e rigorosa, de acordo com os principais resultados a obter, tendo em conta os objetivos do serviço e da unidade orgânica, a proporcionalidade entre os resultados visados e os meios disponíveis e o tempo em que são prosseguidos."* (conforme n.º 1 do artigo 46.º da mesma Lei).
- d) Quer os avaliadores, quer os avaliados, deverão proceder ao registo de todos os atos praticados, em sede de avaliação de desempenho, na plataforma SIADAP 123.
- e) O não cumprimento das orientações definidas em matéria de formulação de objetivos e respetivos critérios de superação poderá consubstanciar a não validação das propostas de Relevante, submetidas para validação, ao CCA.
- f) No âmbito das *Competências* aprovadas pela Portaria n.º 1633/2007 de 31 de Dezembro, o CCA, após análise e discussão, aprovou por unanimidade, as constantes do Anexo III à presente ata para cada carreira/categoria. Em conformidade será emitido despacho do Presidente do Conselho Diretivo.
- Relativamente às ponderações a atribuir a cada parâmetro de avaliação (objetivos e competências), após deliberação, foi determinado pelo CCA atribuir as constantes do mesmo Anexo, e que serão consideradas no referido despacho.
- g) No caso dos trabalhadores integrados nas carreiras de Assistente Técnico e de Assistente Operacional, desde que reúnam as condições indicadas no n.º 2 do artigo 80.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo artigo 34.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, a avaliação incidirá apenas sobre o parâmetro "competências". Aos trabalhadores integrados nesta situação, às competências aprovadas para os restantes deverá acrescer, obrigatoriamente, a competência "Orientação para Resultados" e outra a selecionar entre avaliador e avaliado.
- h) Existindo discordância por parte do avaliado no ato da definição de objetivos e competências, prevalecerá a posição do avaliador, devendo contudo as razões da

ECB  
2-5  
Tou  
Am  
PB



discordância serem formalizadas e devidamente fundamentadas por escrito na própria ficha de avaliação.

- **Monitorização**

- i) A monitorização do cumprimento dos objetivos, entre avaliador e avaliado deve ser efetuada até 30 de janeiro e 30 de setembro de 2014, devendo dar lugar à produção de relatórios, a entregar ao avaliador no prazo de 20 (vinte) dias a contar das datas indicadas.
- j) Esta monitorização consiste na comparação dos resultados obtidos com as metas parcelares estabelecidas, nestas datas.
- k) A revisão/reformulação de objetivos, que tenham repercussões no cumprimento dos objetivos do QUAR da APA, I.P. ou na Carta de Missão do Presidente, carece de validação prévia do dirigente máximo do serviço. Nas demais situações, admite-se, por determinação do avaliador, e após discussão com o avaliado, que haja lugar à revisão/reformulação de objetivos até 31 de outubro de 2014.

- **Definição de orientações genéricas relativamente ao processo de avaliação do desempenho, no contexto da avaliação prévia a efetuar pelos avaliadores**

O CCA deliberou que os avaliadores deverão ter em conta o seguinte:

- a) Os resultados obtidos em cada objetivo são valorados segundo uma escala de 3 níveis: 1 – “Objetivo não atingido”, 3 – “Objetivo atingido”, 5 – “Objetivo superado”.
- b) No caso de objetivos com um só indicador, o resultado do objetivo coincide com o resultado do indicador (Não atingido = 1; Atingido = 3; Superado = 5).
- c) No caso de objetivos com mais do que um indicador, uma vez que a Lei 66-B/2007, de 28 de Dezembro, é omissa, o CCA estabeleceu que o resultado do objetivo deve ser apurado ponderando os resultados dos indicadores e expresso por um número arredondado às décimas (por defeito, se as centésimas se situarem abaixo de 0,05, ou por excesso, se aquelas forem iguais ou superiores a 0,05).

Exemplo:

- Ind. 1 (Pond. 35%) = 3
- Ind.2 (Pond. 65%) = 5
- Pontuação do objetivo:  $(0,35 \times 3) + (0,65 \times 5) = 4,30 = 4,3$

- d) O resultado final do objetivo deve, assim, ser estabelecido nos seguintes termos:
  - Pontuações arredondadas entre 4,5 e 5: objetivo superado (5);
  - Pontuações arredondadas entre 2,5 e 4,4: objetivo atingido (3);
  - Pontuações arredondadas entre 1 e 2,4: objetivo não atingido (1).

- e) A quantificação final dos "Resultados", das "Competências" e da "Avaliação Final", devem ser expressas por valores com 3 casas decimais, não se devendo proceder a arredondamentos.
- f) Aquando da realização da reunião, entre avaliador e avaliado, para conhecimento da nota final, devem ser identificadas as necessidades de formação do trabalhador, devendo ser apostas na respetiva ficha de avaliação, de modo a dar suporte às propostas a constar do Plano de Formação.
- g) A avaliação prévia consiste no preenchimento inicial da ficha de avaliação do desempenho, a apresentar ao CCA, para efeitos de harmonização das avaliações no âmbito do serviço ou organismo, antes do conhecimento da avaliação pelo avaliado.

A avaliação prévia traduz-se na apreciação preliminar do desempenho do avaliado, devendo o avaliador:

1. Atender a critérios objetivos na atribuição dos níveis de escala ao avaliado;
2. Fundamentar, com descrição fáctica, os benefícios obtidos para a divisão/departamento/equipa, em cada objetivo e/ou competência pontuados com a menção quantitativa de 5, quando a avaliação final proposta corresponda à menção de desempenho Relevante;
3. Ponderar a auto-formação em termos de competências.

Na fundamentação indicada em 2., deve atender-se, designadamente, a:

- i) Contribuição do desempenho do trabalhador *de per si*, para a prossecução dos objetivos estratégicos da APA, I.P. e/ou objetivos do Departamento/Equipa;
  - ii) Contribuição do desempenho, do trabalhador, como boa prática a ser implementada;
  - iii) Contribuição do desempenho do trabalhador para a melhoria do desempenho coletivo.
- h) Proceder ao preenchimento da ficha de fundamentação anexa a esta ata (Anexo IV) e nesta reunião aprovada, quando a proposta de avaliação final corresponda à menção de desempenho Relevante;
- i) Proceder à apresentação de um mapa síntese com a distribuição das propostas de avaliação final de Adequado, Relevante e Inadequado, dos seus avaliados;
- j) Utilizar com equilíbrio e justiça a escala de avaliação, tendo presente que os níveis extremos se aplicam apenas a situações excecionais
- k) Garantir que o sistema de avaliação é um instrumento ativo para evidenciar o mérito e promover a excelência.

EC/AB  
→  
+Car  
Am  
JP



- **Definição de ações a desenvolver pelo CCA relativamente à harmonização das propostas de avaliação, designadamente no que concerne à atribuição das menções Relevante e Inadequado**

Relativamente à harmonização das avaliações prévias de Relevante e Inadequado, o CCA irá desenvolver as seguintes acções:

1. Verificar eventuais disparidades na forma de apreciação dos níveis de cumprimento das componentes de avaliação;
2. Verificar a comprovada existência de fundamentação para as propostas de Relevante e Inadequado, sob pena de indeferimento liminar;
3. Verificar se os fundamentos apresentados reúnem os critérios definidos pelo CCA e constantes da presente Ata.

Atento o disposto no artigo 69.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, em caso de não validação da proposta de avaliação por força da aplicação dos critérios de harmonização, o CCA devolve o processo ao avaliador, acompanhado da respetiva fundamentação, para que este reformule a sua proposta ou a mantenha, neste segundo caso apresentando a devida fundamentação.

De forma a garantir o rigor e a diferenciação dos desempenhos, no âmbito do SIADAP 3, designadamente nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 75.º da supra mencionada Lei, o CCA determinou que as propostas de Desempenho Inadequado e Relevante, bem como a respetiva fundamentação, devem ser entregues ao Departamento de Financeiro e de Recursos Gerais (DFIN), que as fará chegar aos membros do CCA, com a antecedência de pelo menos 5 (cinco) dias úteis, para análise prévia.

Para suportar a análise dos elementos atrás referidos, deliberou o CCA utilizar os seguintes critérios:

1. Serão procurados equilíbrios de quotas por Carreira e por Unidade Orgânica, com aproximações por defeito.
2. A primeira seleção será feita por ordem crescente das notas quantitativas.
3. Complementarmente será efetuada uma análise qualitativa das fundamentações das avaliações elaboradas pelos avaliadores, podendo ocorrer repescagem de casos excluídos na primeira selecção.
4. Em caso de empate serão utilizados os critérios previstos no artigo 84.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

As avaliações finais, após validação, são comunicadas aos avaliados em prazo definido no calendário atrás apresentado.

As propostas para reconhecimento do mérito (Desempenho Excelente), da iniciativa do avaliado ou do avaliador, deverão ser entregues ao DFIN acompanhadas dos respectivos fundamentos após reunião do CCA de validação das menções do

Desempenho Relevante. O DFIN fará chegar estas propostas aos membros do CCA no prazo de pelo menos 5 (cinco) dias úteis, para análise.

**d) Fixação dos critérios de ponderação curricular e respetiva valoração para o ano de 2012 e seguintes**

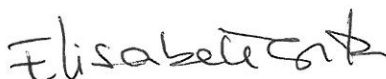
O CCA decidiu que os critérios de ponderação curricular a aplicar ao ano de 2012 - nos termos do n.º 1 do artigo 50.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro (LOE 2013) - e seguintes, bem como a ficha a utilizar, serão os constantes do Anexo V da presente ata.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião dada como encerrada e assinada a presente ata por todos os participantes.

(Dr. Nuno Lacasta)



(Dr.ª Elisabete Costa)



(Eng.ª Filomena Boavida)



(Eng.ª Manuela Matos)



(Dr. António Matoso)

